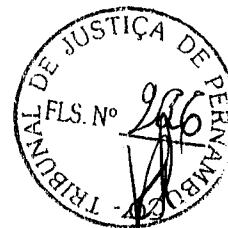




**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**



APELAÇÃO CRIMINAL	Nº 0167335-6	
COMARCA:	RECIFE	144
VARA:	5ª CRIMINAL	
APELANTE:	ALCIDES TAVARES DA SILVA NETO	
ADVOGADO:	DR. VADILSON GOMES DA SILVA	
APELADO:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO	
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO	
ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL	
PROCURADORA:	DRA. CRISTIANE MARIA CAITANO DA SILVA (CONVOCADA)	

**EMENTA: PROCESSO PENAL. CRIME CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO. PUBLICIDADE ENGANOSA. PRELIMINAR. PRESCRIÇÃO. REJEIÇÃO. ABSOLVIÇÃO. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS DE TER O AGENTE CONCORRIDO PARA O CRIME. IMPOSSIBILIDADE. APELANTE SÓCIO MAJORITÁRIO E GERENTE DA EMPRESA. SOCIEDADE LIMITADA FORMADA POR APENAS DOIS SÓCIOS. DEVER DE CONHECER DOS ATOS PRATICADOS. AUTORIA CONFIRMADA PELAS PROVAS. SENTENÇA CONDENATÓRIA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.**

I – Não tendo decorrido entre as causas interruptivas e suspensiva do prazo prescricional, lapso temporal igual ou superior a 04 (quatro) anos, necessário a extinção da punibilidade do crime em face da pena em concreto, não há como ser reconhecido o referido instituto de Direito Penal. Preliminar rejeitada à unanimidade.

II – Demonstrado nos autos que o apelante era o sócio gerente da citada microempresa, e, ainda, na condição de cotista majoritário de sociedade limitada formada por apenas 02 (dois) sócios, todos os atos, inclusive os de cunho publicitário, certamente eram combinados e definidos entre ambos, principalmente pelo apelante seu administrador, razão pela qual não há como ser afastada a autoria do crime contra as relações de consumo (art. 67, 8.078/90) por haver subsunção do fato ao tipo penal. Logo, impõe-se a condenação.

III – Recurso não provido. Decisão unânime.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**



145

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0167335-6**, no qual figuram como partes as retromencionadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **rejeitar a preliminar suscitada pela defesa e, no mérito, negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 22.12.2009

  
**Desa. Presidente**

  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Relator**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**

146

APELAÇÃO CRIMINAL	Nº 0167335-6
COMARCA:	RECIFE
VARA:	5ª CRIMINAL
APELANTE:	ALCIDES TAVARES DA SILVA NETO
ADVOGADO:	DR. VADILSON GOMES DA SILVA
APELADO:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA:	DRA. CRISTIANE MARIA CAITANO DA SILVA (CONVOCADA)

**RELATÓRIO**

Insurge-se o apelante contra a sentença de fls. 214/221, proferida em 28/08/2007, na ação penal nº 001.2004.032040-6, pela qual foi condenado à pena de 01 (um) ano de detenção, a qual foi substituída por 02 (duas) restritivas de direitos, e a 50 (cinquenta) dias-multa, cada um equivalendo a R\$13,00 (treze reais), pelo crime tipificado no art. 67<sup>1</sup>, da Lei nº 8.078/90.

Em suas razões recursais, fls. 232/235, pugna o apelante, preliminarmente, pela extinção da punibilidade por ter se operado a prescrição da pretensão punitiva estatal e, no mérito, pela sua absolvição, aduzindo que não concorreu para a prática criminosa.

Às fls. 237/239, requer o Ministério Público o não provimento do apelo.

<sup>1</sup> Art. 67. Fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser enganosa ou abusiva:  
Pena Detenção de três meses a um ano e multa.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**



147

A Procuradoria de Justiça em matéria criminal, às fls. 281/283, corroborando do entendimento da Promotoria de Justiça, pede que seja mantida a sentença condenatória hostilizada em todos os seus termos.

Em seguida, vieram-me conclusos para julgamento.

É o relatório.

**Inclua-se em pauta, na forma do art. 610, *caput*<sup>2</sup>, da Lei Adjetiva Penal.**

Recife, 03.12.2009

*Cláudio*  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Relator**

<sup>2</sup> Art. 610. Nos recursos em sentido estrito, com exceção do de *habeas corpus*, e nas apelações interpostas das sentenças em processo de contravenção ou de crime a que a lei comine pena de detenção, os autos irão imediatamente com vista ao procurador-geral pelo prazo de cinco dias, e, em seguida, passarão, por igual prazo, ao relator, que pedirá designação de dia para o julgamento.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**



148

APELAÇÃO CRIMINAL

Nº 0167335-6

COMARCA:

RECIFE

VARA:

5ª CRIMINAL

APELANTE:

ALCIDES TAVARES DA SILVA NETO

ADVOGADO:

DR. VADILSON GOMES DA SILVA

APELADO:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE  
PERNAMBUCO

RELATOR:

DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA  
VIRGÍNIO

ÓRGÃO JULGADOR:

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

PROCURADORA:

DRA. CRISTIANE MARIA CAITANO DA  
SILVA (CONVOCADA)

**VOTO**

**PRELIMINAR**

Requer o acusado, preliminarmente, o reconhecimento da prescrição do crime, entretanto, o fato típico imputado ao apelante não foi alcançado pelo referido instituto de direito penal. Senão vejamos.

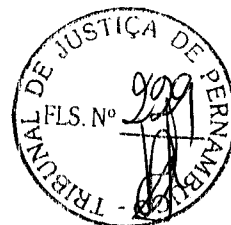
Muito embora o evento narrado na denúncia tenha ocorrido em meados de 2002, para que seja declarada a prescrição do delito em comento é necessário, a teor do art. 109, V<sup>3</sup>, do CPB, o decurso de período igual ou maior que 04 (quatro) anos.

*In casu*, além do recebimento da denúncia, em 22/09/2004 (fl. 187), e da publicação da sentença condenatória recorrível, em 02/10/2007 (fl. 222), os quais se constituem em causas de interrupção do prazo prescricional (art. 117<sup>4</sup>, CPB), fazendo com que este tivesse

<sup>3</sup> Art. 109 - A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

V - em quatro anos, se o máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, não excede a dois;

<sup>4</sup> Art. 117 - O curso da prescrição interrompe-se: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**

149

novo início, o mencionado lapso temporal também foi suspenso em 20/09/2005 (fl. 149), na forma do art. 366<sup>5</sup>, do CPP, somente retomando seu andamento em 11/09/2006 (177/178), em razão do comparecimento do apelante aos atos processuais.

Como se verifica, entre as causas interruptivas não houve o decurso de mais de 04 (quatro) anos, o que obsta o reconhecimento da prescrição penal.

Com esses fundamentos, **voto pela rejeição da preliminar suscitada.**

Recife, 22.12.2009

  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Relator**

IV - pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis; (Redação dada pela Lei nº 11.596, de 2007).

<sup>5</sup> Art. 366. Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312. (Redação dada pela Lei nº 9.271, de 17.4.1996)



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**



150

APELAÇÃO CRIMINAL	Nº 0167335-6
COMARCA:	RECIFE
VARA:	5ª CRIMINAL
APELANTE:	ALCIDES TAVARES DA SILVA NETO
ADVOGADO:	DR. VADILSON GOMES DA SILVA
APELADO:	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA:	DRA. CRISTIANE MARIA CAITANO DA SILVA (CONVOCADA)

**VOTO**

**MÉRITO**

Extraí-se da denúncia de fls. 02/04, que ao apelante na qualidade de proprietário da empresa FORTCARDTOUR é acusado de ter promovido publicidade de que sabe ou deveria saber ser enganosa, em 07/06/2002, quando, através de funcionária da citada pessoa jurídica, informou à vítima, Nivaldo Mello de Oliveira Dias, que o mesmo havia sido contemplado com uma viagem para qualquer lugar do país, incluindo passagens aéreas e três dias de hospedagem para o sorteado e acompanhante, devendo receber o prêmio em seu endereço (fl. 03). Contudo, ao comparecer no local o ofendido verificou tratar-se de informação inverídica.

Como se verifica dos autos a materialidade do crime não foi contestada, haja vista que o corréu Célio Roberto Mendes Marques dos Santos aceitou a proposta de suspensão condicional do feito (fls. 142/143), enquanto o apelante não nega a ocorrência do fato, limitando-se a sustentar que não concorreu para o fato delituoso. Sendo assim,



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**



151

incontroversa a existência do crime narrado no termo de representação de fls. 02/03.

A autoria do acusado está assentada nas declarações do corréu de fls. 24/25 e na cópia do Estatuto Social da Empresa Recife Viagens e Turismo LTDA (fls. 26/28), cujo nome fantasia é FOURTCARD TOUR CAMPING E CLUB.

De tais documentos, infere-se que o apelante era o sócio gerente da citada microempresa, e, nessa condição, não pode alegar desconhecimento da publicidade promovida por aquela e das informações prestadas por seus funcionários, cujas atividades constituem atos de gestão empresarial. Ademais, na condição de cotista majoritário de sociedade limitada formada por apenas 02 (dois) sócios, todos os atos, inclusive os de cunho publicitário, certamente eram combinados e decididos entre ambos, principalmente pelo apelante seu administrador, estando demonstrada sua concorrência para o crime.

Por outro lado, possível omissão do apelante tem relevância penal e, a teor do art. 13, § 2º<sup>6</sup>, do CPB, haja vista que, por força de relação jurídica, devia ou podia evitar o resultado.

Descrevendo, portanto, o art. 67, da Lei nº 8.078/90, as condutas fazer ou promover publicidade de que sabe ou devia saber ser enganosa,

<sup>6</sup> Art. 13 - O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

§ 2º - A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem: (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

a) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

b) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado; (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

c) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado. (Incluído pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)





**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**



152

constata-se a subsunção do evento à ação do agente definida pelo tipo penal referido, impondo-se a condenação.

Com esses fundamentos, **voto para negar provimento ao recurso, mantendo-se o decreto condenatório em todos os seus termos.**

Recife,

*22.12.2009*  
*Cláudio*  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Relator**